

A sociedade de risco: visões sobre a iminência da crise ambiental global na teoria social contemporânea

*Clitia Helena Backx Martins**

*Economista da FEE e Professora do
Departamento de Economia e do
Instituto do Meio Ambiente
da PUCRS.*

Resumo

Neste artigo, tem-se como objetivo situar a discussão sobre a crise da modernidade na teoria social contemporânea em um contexto de risco ambiental global. Primeiramente, faz-se menção às transformações globais ocorridas da metade do século XX até o início do corrente século. A seguir, coloca-se o debate sobre a inserção da questão ambiental nas ciências sociais e as visões de Anthony Giddens e de Ulrich Beck sobre reflexividade e sociedade de risco. As conclusões indicam que, embora esses autores tenham apontado o alto potencial de destruição na sociedade de risco, eles mantêm uma postura de certa forma otimista quanto à emergência dos valores pós-materiais de respeito à vida e de preservação das espécies. Isso fica claro nas propostas de Giddens de uma política radical (ou realismo utópico) ou na constatação de Beck sobre a perspectiva da crítica ativa, isto é, da consciência reflexiva das pessoas em relação aos riscos ambientais na modernidade tardia.

Palavras-chave

Sociedade de risco; crise ambiental; reflexividade.

Abstract

This paper aims to present a short discussion about the modernity crisis as it has been taken in contemporary social theory, in the context of global

*clitia@cpovo.net

environmental risk. Primarily, there are references to global changes, occurred from the 1950s onwards, followed by a debate about the recent introduction of environmental questions in social sciences, as well as the visions of Anthony Giddens and Ulrich Beck about reflexivity and the risk society. The conclusions indicate that, although these authors have appointed to the high destruction potential at the risk society, they keep a fairly optimistic approach relative to the emergence of post-material values concerning general respect to all forms of life. This becomes clear in Giddens's suggestions for a model of radical politics (utopian realism) or in Beck's evidences about the perspective on active criticism, that is, on the reflexive conscience concerning environmental risks in late modernity.

Classificação JEL: I00

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 24.10.03.**

*"Estamos marcados como a sociedade que aportou no século XXI na emergência de uma crise ambiental. A extinção de espécies, a contaminação do ar e da água, o efeito estufa NÃO são a crise ambiental. São apenas seus indicadores. **A crise ambiental é a nossa crise.** De valores, relacionamento, identidade e conhecimento. E a ponta de lança do nosso comportamento em xeque é o consumo inconstante que coloca o planeta em risco."*

Céu D'Ellia, cineasta

Introdução

Neste trabalho, tem-se como objetivo situar, de maneira sucinta, a discussão, na teoria social contemporânea, sobre a crise da modernidade, expressa

através da emergência de questões que dizem respeito ao risco global representado pela possibilidade de catástrofes ambientais generalizadas. Nesse contexto, pode-se mencionar o surgimento, no final dos anos 70 do século XX, da sociologia ambiental enquanto subdisciplina da Sociologia, visível especialmente no meio acadêmico norte-americano (Buttel, 2001). Por outro lado, ressalta-se que o conceito de risco, estreitamente vinculado aos impactos e às preocupações referentes à ação antrópica sobre o meio ambiente, tem ocupado um lugar central na teoria social através das perspectivas de dois cientistas sociais contemporâneos ligados à “grande tradição sociológica”: Ulrich Beck (1996; 1997; 1997a) e Anthony Giddens (1996; 2000).

Primeiramente, faz-se menção às transformações globais no período que vai da metade do século XX até o início do corrente século. A seguir, coloca-se o debate sobre a inserção da questão ambiental nas ciências sociais e as visões de Giddens e Beck sobre a sociedade de risco na modernidade tardia.

Transformações e desafios globais na virada do milênio

A crise da modernidade, tornada mais evidente a partir da segunda metade do século passado, é analisada por diversos autores que têm observado sinais inequívocos correspondentes a profundas transformações estruturais em nível global.

Concomitantemente à iminência de crise ambiental planetária, podem-se relacionar alguns elementos relevantes dessas transformações na alta modernidade, como o papel da tradição, a globalização em suas diversas acepções e dimensões e a reflexividade social, que constituem eixos das análises de Giddens e Beck.

No que diz respeito ao papel da tradição, um dos aspectos notórios concerne ao esgotamento das ideologias políticas que sustentaram o socialismo na forma de comunismo soviético. Na visão de Francis Fukuyama (1992), a derrocada final do modelo socialista soviético, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, símbolo maior desse modelo, assinala o “fim da história”, no sentido de que, se o motor da história se configurava na existência potencial do conflito, este agora deixa de existir, já que uma das partes foi “derrotada”. Assim, a vitória do capitalismo liberal marcaria o fim das utopias e da política radical, bem como o término da Guerra Fria, que contrapunha os poderes bélicos das duas maiores potências mundiais.

Mesmo que não se aceite a tese do “fim da história”, percebe-se que, paradoxalmente em relação aos seus princípios dialéticos de constante transformação, o socialismo declinou por se mostrar “conservador”, resistindo a mudanças e atendo-se a modelos “tradicionais” sem questioná-los, enquanto a Nova Direita ocidental reviu as próprias tradições que a antecederam, configurando o pensamento neoliberal que propugna o desenvolvimento das forças de mercado em grande escala e por todos os lugares (Giddens, 1994).¹

Nesse sentido, como Giddens assinala, a crise da modernidade está relacionada, sobretudo, a uma mudança de valores e a uma crise nas tradições, não no sentido de que estas desaparecem completamente, mas, sim, de que seu *status quo* se altera. Ante uma situação anterior, em que as tradições eram reverenciadas como a normatização básica da vida social, na sociedade “pós-tradicional”, elas são o alvo de questionamentos no momento de tomadas de decisão, pessoais ou coletivas. Dito de outra forma, nesse tipo de sociedade, as tradições são levadas a se expor, devendo apresentar, constantemente, justificativas discursivas e diálogo aberto com outras tradições e estilos de vida para sua permanência ou recriação. Por contraste, os fundamentalismos, sob quaisquer formas, são apresentados como “a tradição defendida de forma tradicional”, constituindo uma ameaça ao diálogo e beirando a um potencial de violência (Giddens, 1994; 1997).

Entretanto Giddens situa o surgimento da ordem social pós-tradicional num contexto de sociedade globalizante e culturalmente cosmopolita. Efetivamente, ele e outros cientistas sociais, como Harvey (1992) e Castells (1999), remetem ao processo de globalização como um dos fatores que têm ocasionado a mudança acelerada nas últimas décadas. Para Giddens (1994; 1996), a globalização não pode ser vista como um fenômeno puramente econômico ou um processo único, antes como “(...) uma mistura complexa de processos que freqüentemente atuam de forma contraditória, produzindo conflitos, desarticulações e novas formas de estratificação.”² Essencialmente, a globalização configura-se como a transformação do espaço e do tempo, estando a sua trajetória relacionada ao

¹ Contudo Giddens (1994) ressalva que o neoliberalismo se mostra contraditório, no sentido de que, por um lado, é hostil à tradição, no seu afã de conquistar novos espaços para o mercado; por outro, depende da manutenção da tradição “(...) pela legitimidade que ela tem e por sua ligação ao conservadorismo naquilo que diz respeito a nação, religião, gênero e família” (Giddens, 1994, p. 15).

² Vários autores consideram a globalização um processo multidimensional, sendo que, para Viola e Leis (2001), ela englobaria seis dimensões principais e inter-relacionadas: econômica, política, militar, ecológico-ambiental, cultural e social. A dimensão econômica da globalização comporta, ainda, as seguintes subdivisões: comercial, financeira, produtiva e tecnológica.

rápido e intenso desenvolvimento das tecnologias de automação, de comunicação de massas e de transportes. Assim sendo, as atividades locais e até pessoais, relativas à vida cotidiana dos indivíduos, podem ser influenciadas ou determinadas por acontecimentos ou instituições distantes, constituindo uma dinâmica de interdependência global (Giddens, 1994, p. 11).

De maneira similar, Harvey (1992) enfoca a globalização através da caracterização do processo de compressão do tempo-espaço, isto é, a presença na história do capitalismo de uma tendência à aceleração do ritmo da vida, simultânea a uma conquista paulatina das barreiras espaciais, provocando uma sensação de “encurtamento do tempo” e “encolhimento do espaço”.³

Por sua vez, Castells (1999) reporta-se à sociedade em rede, nova forma de sociedade, resultante da criação e da implementação das novas tecnologias de informação e da reestruturação do capitalismo, que é orientada por organizações e trocas globais estratégicas. Nos aspectos socioculturais de transformação propriamente ditos, para bem ou para mal, a informatização tem, portanto, um papel fundamental na disseminação de idéias e valores nos níveis regional, nacional e internacional, possibilitando o acesso quase imediato a dados e informações. Contudo não apenas no plano das idéias, mas também para a execução de projetos de organizações governamentais e não-governamentais, têm-se formado redes em vários níveis. Como exemplos, colocam-se entidades que atuam globalmente na defesa dos direitos humanos e dos ecossistemas terrestres, como a Anistia Internacional, a Friends for Life ou o Greenpeace.

Como terceiro elemento de mudança, e relacionada aos elementos anteriores, tem-se a expansão da reflexividade social, explicada como “(...) o uso de informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é” (Giddens, 1996, p. 101).

De acordo com Giddens, na sociedade “destradicionizada”, o indivíduo deve selecionar e inclinar-se de maneira reflexiva sobre os tipos de informação relevantes para sua sobrevivência e agir na vida cotidiana com base nesse processo de “filtragem”. Dessa maneira, o conhecimento não se dá sobre uma realidade social independente, já que, nessa prática, o indivíduo influencia a própria realidade. As decisões deveriam, então, ser tomadas tendo por base uma reflexão constante sobre as condições das ações de cada indivíduo, levan-

³ Em palestra proferida em 21.03.95, em Porto Alegre, David Harvey referiu-se à temporalidade como algo socialmente construído, assinalando a gradual introdução das medidas de tempo ao longo da história: a hora no século XIII, o minuto no século XIV e o segundo já no século XVIII, sendo essas medidas de controle do tempo fundamentais para o *modus operandi* do capitalismo.

do em conta o aspecto de que quanto mais alta for a reflexividade, maior é a autonomia de ação de indivíduos ou de grupos sociais. Quanto a esse ponto, Giddens enfatiza que a autonomia individual decorrente da reflexividade não é sinônimo de egoísmo ou de busca de auto-interesse isolado (conduta de maximização da utilidade ou do lucro, na visão de mercado), mas, ao contrário, implica, necessariamente, reciprocidade, interdependência e confiança ativa, objetivando reconstruir solidariedades danificadas, através da renovação do princípio de responsabilidade pessoal e social para com os outros (Giddens, 1994; 1996; 1997).

A alta reflexividade também pressupõe sistemas sociais bastante complexos, com uma grande quantidade de insumos de baixo impacto e com fluxos sociopolíticos e econômicos. Relacionando-se a esse aspecto de complexidade, pode-se situar a importância que Giddens atribui ao que ele chama de “política da vida”, que diz respeito a estilos de vida, compreendendo-se aí as disputas sobre como viver em uma sociedade pós-tradicional, sujeita às decisões humanas tomadas conscientemente. A “política da vida” não seria uma preocupação apenas de grupos sociais mais afluentes, pois a destradicionalização atinge também, e principalmente, os grupos sociais mais vulneráveis, como famílias de baixa renda constituídas por mulheres e seus filhos.

Em uma ordem reflexiva, contudo, torna-se necessária a adoção de formas radicais de democratização, onde questões-chave encontrem arenas para serem debatidas e, se possível, resolvidas, o que vale tanto para as macropolíticas quanto para questões no nível da intimidade, como as que envolvem as relações entre homens e mulheres. Essa nova forma de lidar com questões ligadas às tradições e a fontes de poder é denominada “democracia dialógica”, sendo sublinhada, no caso específico das relações pessoais, a relevância da “democracia das emoções”.⁴ Na visão de Giddens, a democracia dialógica oferece a única alternativa para a violência tanto na vida pessoal como na ordem global, representando a oportunidade de se desenvolverem formas autênticas de vida humana, não vinculadas a verdades formulares, mas com a utilização da tradição no seu sentido discursivo (Giddens, 1994; 1996; 1997).

Vinculando-se os elementos de tradição/destradicionalização, globalização e reflexividade à iminência de crise ambiental em vários níveis (local, regional,

⁴ Conforme Giddens, a “democracia das emoções” é fundamental para o avanço da democracia formal e pública. Como ele salienta, “(...) os indivíduos que têm bom conhecimento de seu feitiço emocional e que são capazes de se comunicar de forma efetiva com os outros, numa base pessoal, são, provavelmente, bem preparados para as tarefas amplas e para as responsabilidades da cidadania” (Giddens, 1994, p. 23).

planetário), percebe-se que o que se apresenta para o coletivo humano é um mundo da incerteza e do risco produzidos. Isso não significa que não havia riscos para a vida anteriormente, mas que as origens e a abrangência desses riscos, na modernidade, se modificam de maneira considerável, trazendo um componente de imprevisibilidade ao conhecimento e à intervenção humana sobre o meio ambiente. A modernidade trouxe a fé inabalável no constante progresso material e a idéia de que, enquanto coletivo, quanto mais a humanidade se apropriasse da realidade social e física, mais capaz seria de controlá-la e utilizá-la para seu próprio interesse, o que é confrontado com a realidade de graves acidentes e catástrofes ambientais⁵ em proporções nunca antes experimentadas (Beck; Giddens; Lash, 1997; Giddens, 1994).

Diversos cientistas sociais têm reportado a deterioração ecológica decorrente do padrão de intervenção humana sobre o meio ambiente, especialmente em períodos de acelerado crescimento econômico. É o caso de Hobsbawn (1996), que indicou como problemas centrais e decisivos para a humanidade no final do século XX duas questões inter-relacionadas: a questão demográfica e a ecológica.

Hobsbawn relata as conseqüências ambientais da explosão de crescimento da economia industrial e, em menor proporção, da economia agrícola no período denominado "Era do Ouro", ou seja, desde o final da II Guerra Mundial até a primeira metade dos anos 70 do século XX. Durante os anos dourados da sociedade industrial tanto nos países capitalistas como nos de socialismo real, ocorreram processos de intensificação e de expansão da produção manufaturada, sem se conceder atenção aos subprodutos desses processos, tais como o aumento da poluição e da contaminação, o esgotamento de recursos não renováveis e a queda da qualidade de vida devido a maiores taxas de urbanização.

Dentro das idéias dominantes sobre progresso material em ambos os blocos, esses temas, na época, eram muito pouco contemplados em termos de políticas públicas, e, nas ciências sociais, especialmente na Sociologia, não se consideravam as questões socioambientais como problemas relevantes para análise.

Ainda segundo Hobsbawn (1996), o crescimento acentuado do impacto antrópico sobre o meio ambiente a partir de meados do século XX está relaciona-

⁵ À guisa de lembrete, pode-se enumerar uma longa lista de ocorrências graves afetando o meio ambiente a partir da segunda metade do século XX: o *smog* de Londres, em 1952, que causou a morte de 1.600 pessoas e provocou um grande debate público sobre a qualidade do ar nas grandes cidades britânicas; o acidente na plataforma Torrey Canyon, da British

do ao aumento do uso de combustíveis fósseis, esgotáveis e, ao mesmo tempo, altamente poluentes, seja pelos métodos de extração desses combustíveis, seja pela emissão de resíduos na sua combustão. Assim, conquanto os países ricos do Ocidente fossem responsáveis por parte considerável da contaminação aérea, os países do Leste Europeu, detentores de tecnologias menos avançadas, conviviam também com grandes riscos ambientais, por causa de seus mecanismos mais “sujos” de industrialização. Não obstante, questões como o efeito estufa e a existência de grandes buracos na camada de ozônio, na atmosfera terrestre, ambos fenômenos causados pela emissão de gases poluentes, começaram a ser veiculados e estudados por especialistas apenas por volta de 1970.

A partir de 1973, com a crise energética desencadeada pelo primeiro “choque do petróleo”, quando o cartel de países produtores, concentrados principalmente no Oriente Médio, decidiu por aumentar o preço do produto, as taxas de crescimento econômico mundial declinaram, mas a depleção de recursos naturais continuou. Mantendo-se as mesmas taxas de deterioração ambiental, os riscos para a humanidade seriam enormes.

Na conclusão de sua extensa análise sobre o “breve século XX”, Hobsbawn alerta para o fato de que

“(…) as forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar (Hobsbawn, 1996, p. 562).

Por sua vez, Giddens (1997) refere-se ao paralelo direto entre tradição e natureza, colocando como “natural” aquilo que permanece fora de alcance da intervenção humana e comparando o conceito de “meio ambiente” com “natureza”: o meio ambiente seria a natureza completamente transfigurada (dissolvida, como a tradição) pela ação humana, chegando à idéia do fim da natureza, isto é,

Petroleum, no Mar do Norte, em 1967; a contaminação em massa por mercúrio no Japão, que se evidenciou em 1968, no porto de Minamata; os outros graves acidentes causadores de contaminação tóxica ou nuclear em Seveso, Itália (1976), Three Mile Island, EUA (1979), Bophal, Índia (1984) — este responsável por 2.500 mortes imediatas —, Love Canal, EUA (1984), Vila Socó, Brasil (1984) e Chernobyl (ex-URSS), em 1986; além de vários derramamentos de petróleo ocasionados por acidentes diversos nas últimas décadas.

sua completa socialização.⁶ Assim, muitos sistemas naturais primitivos ter-se-iam tornado produtos da tomada de decisão humana, e, como resposta à destruição progressiva do ambiente físico pelo homem, teria surgido a preocupação ecológico-ambiental.

No texto citado (**A Vida em Uma Sociedade Pós-Tradiciona**), Giddens (1997) menciona o trabalho de Rupert Sheldrake, cientista britânico que relaciona a visão da natureza como ser vivente (Hipótese de Gaia, de James Lovelock) com o renascimento da tradição e do ritual, assim como uma busca da religião, porém mais do ponto de vista das tradições orientais ou pré-cristãs (budismo, hinduísmo, culto à Deusa, como na tradição celta). Giddens considera que isso não consiste em um redespertar da tradição, mas em algo novo: a adoção da tradição como sendo em si uma decisão de estilo de vida.⁷

A concepção de Giddens (1994) sobre “política da vida”, já comentada, inclui problemas e dilemas ecológicos articulados com questões como identidade pessoal e coletiva e escolha de vida. Nesse contexto, ele cita os movimentos ecológicos, pacifistas e feministas como grupos que expressam e contribuem para a reflexividade da atividade social no nível local e global, tendo a capacidade de ampliar e difundir formas de democracia dialógica, já que mesmo ações individuais têm o potencial de provocar efeitos globais, com a interação entre questões do cotidiano e questões sociais “amplas”.⁸

Para Castells (1999), a preservação da natureza e uma perspectiva de vida mais ecológica mantiveram-se restritas às elites dos países centrais, até os anos 60 do século passado, como um sentimento, nostálgico e aristocrático, antiindustrialização. Somente no final da década de 60 do século XX é que surgiu, em alguns países ocidentais, o que começou a se configurar como um movimento ambientalista de maiores proporções. Uma das ligações fortes do ambientalismo deu-se com o movimento da contracultura, entendendo-se como contracultura “(...) a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças

⁶ Pesquisadores vinculados à sociologia urbana e geógrafos costumam colocar essa distinção em termos de ambiente natural (natureza para Giddens) e ambiente produzido, aquele que é ocupado pela presença humana, podendo distinguirem-se dois tipos de ambiente produzido: o rural e o urbano.

⁷ Podem-se mencionar aqui os rituais transculturais de comunidades ecológicas de vários continentes, como as ecovilas.

⁸ A liderança “em círculo”, praticada na comunidade (ecovila) de Findhorn, Escócia, incluindo medidas inovadoras de tomadas de decisão e de resolução de conflitos, é um exemplo dessa contribuição.

alternativas” (Castells, 1999, p. 147). Algumas dessas correntes da contracultura tinham por princípio obedecer, única e exclusivamente, às leis da natureza, que colocariam acima de qualquer instituição criada pelo homem.

Mais recentemente, o ambientalismo apresenta uma relação ao mesmo tempo estreita e ambígua com a ciência, no sentido de que o movimento ambientalista contesta algumas das inovações tecnológicas resultantes de pesquisas, e, ao mesmo tempo, vale-se de dados e informações científicas para seus projetos e atuação global. Como explica Castells (1999), isso não representa uma negação do conhecimento, mas, sim, implica, uma visão holística, que permite ir além de abordagens e estratégias imediatistas e restritas.

A abertura das ciências sociais à problemática ambiental

A abordagem da problemática ambiental pelas ciências sociais é relativamente recente, tendo ganhado maior visibilidade a partir do final dos anos 60 e, especialmente, na década de 70 do século passado, após a publicação do relatório **Limites do Crescimento** (Meadows et al., 1973) pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Estocolmo, no mesmo ano. Um dos primeiros trabalhos sobre o tema população e meio ambiente foi a pesquisa de Paul Erlich (1968). Tanto quanto o relatório do MIT, o trabalho de Erlich foi enquadrado como neomalthusiano por suas considerações a respeito do tamanho da população e do nível de poluição gerado pela produção e pelo consumo agregado.

Entretanto os aspectos teóricos e epistemológicos que envolvem a pesquisa socioambiental têm suscitado uma série de questões, na medida em que temas ecológico-ambientais passam a ser incorporados ou “recuperados” por várias disciplinas até então alheias ou pouco familiarizadas com a temática, como filosofia, sociologia, antropologia, política, geografia, economia⁹, arquitetura,

⁹ Na Economia, o enfoque do meio ambiente surgiu, a princípio, através das subdisciplinas relativas à economia agrícola e à economia dos recursos naturais nos anos 40 do século XX. Já nas décadas de 50 e 60, desenvolveu-se a economia ambiental, baseada na visão neoclássica e, fundamentalmente, entendendo os problemas ambientais como o resultado da insuficiente generalização do sistema de preços para os “bens e serviços” providos pela natureza. Muito mais recentemente, a economia ecológica tem tentado vincular questões ambientais e econômicas, encarando a realidade econômico-ambiental do ponto de vista sistêmico.

educação, etc., extrapolando, dessa maneira, a restrita área das ciências biológicas.

A própria Ecologia, surgida como ciência na segunda metade do século XIX,¹⁰ tem adquirido autonomia, reconstruindo seu objeto de estudo e, dessa forma, abrangendo as relações homem-natureza (ecologia humana). Por outro lado, desde o final dos anos 70 do século XX, o ecologismo passou por várias transformações, deixando de ser puramente um movimento de conservação da natureza para se tornar uma visão do mundo e nortear estilos de vida.

Dessa maneira, as ciências sociais, nos últimos anos, vêm sendo afetadas pela inserção da problemática ambiental. Para Viola (1987), essa problemática seria "(...) um dos motores fundamentais do questionamento do conjunto do desenvolvimento científico moderno" surgido no século XVII, a partir da elaboração e do posterior aprofundamento do paradigma cartesiano-newtoniano (Viola, 1987, p. 80). A questão ambiental, para ele, não pode ser tratada dentro de uma visão fragmentada do conhecimento, característica do paradigma dominante, mas, sim, através de uma abordagem interdisciplinar da realidade. De acordo com o autor, a abertura das ciências sociais para as questões ambientais deu-se em dois níveis: teórico, com a tentativa de um novo paradigma, representado, principalmente, pela obra de três autores — Johan Galtung, Edgar Morin e Alberto Guerreiro Ramos —; e empírico, com pesquisas sendo levadas a respeito de problemas socioambientais concretos e sobre os movimentos ecológicos, surgidos como consequência do aprofundamento da consciência ecológica.

De forma semelhante, Vieira (1991) acredita que os problemas implicados na crise do meio ambiente exigem, para sua confrontação, novos padrões de organização das comunidades científicas, abrangendo a adoção de uma abordagem interdisciplinar para a temática ambiental e a correspondente operacionalização dessa abordagem. Isso, entretanto, estaria sendo obstaculizado pela diversidade de acepções do conceito de interdisciplinaridade.

A proposta expressa no seu trabalho é a de que o projeto de constituição das "ciências sociais do meio ambiente" demandaria a compilação do conhecimento já disponível nas diferentes tradições de pesquisa em ecologia humana, vinculadas a disciplinas diversas. Os grandes eixos temáticos da ecologia humana no seu sentido mais amplo abarcariam "(...) a compreensão da dinâmica de interdependências associadas tanto ao meio ambiente biofísico (considerado sob o ângulo das modificações de origem antrópica) quanto ao meio ambiente construído" (Vieira, 1991, p. 2).

¹⁰ A Ecologia, como ciência, apresenta três leis fundamentais, que, através de visões sistêmicas, têm sido levadas às ciências sociais: (a) todos os seres ou organismos são

Entretanto um dos pontos de estrangulamento detectados através da análise da pesquisa socioambiental produzida nos anos 70 e 80 do século XX dizia respeito à incipiência da reflexão epistemológica sobre a problemática, refletindo-se na dificuldade de operacionalização efetiva de enfoques interdisciplinares tanto no plano teórico quanto no de intervenção. Nesse contexto, Vieira (1991) atenta para a escassa utilização do paradigma sistêmico como enfoque teórico-metodológico, que permitiria uma abordagem mais integrada das diversas subdisciplinas isoladas que atuam no campo da ecologia humana. Segundo o autor, teóricos do ecodesenvolvimento, como Sachs e Godard, elaboraram propostas de uma teoria sistêmica do planejamento, baseada no conceito de sistema ecossocial, além da percepção, nessa abordagem, de uma matriz de organização do conhecimento interdisciplinar.

Por sua vez, dentro da visão de conhecimento disciplinar, a sociologia ambiental surge e se estabelece, especialmente no meio acadêmico norte-americano, a partir da década de 70 do século XX. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento da subdisciplina no âmbito da Sociologia: os já citados movimentos da contracultura, as crises do petróleo, primeiramente em 1973 e, de novo, em 1982, os graves acidentes químicos e nucleares ocorridos desde os anos 50 do século passado em diversos países e a reação social decorrente desses impactos ambientais.

Como ressalta Buttel (2001), o que diferencia a sociologia ambiental da sociologia convencional é que a primeira reconhece o fato de que, além das variáveis sociais, as variáveis biofísicas também afetam a estrutura e as mudanças sociais e que processos sociais têm uma base física ou material subjacente.¹¹

Na última década do século passado, contudo, surgem outras contribuições relevantes para a pesquisa socioambiental, como as de Giddens e Beck, ao colocarem questões relacionadas à degradação ambiental e aos riscos de destruição do ecossistema terrestre no cerne de suas teorias.

Buttel assinala a diferença entre a visão da sociologia ambiental, mais ligada a aspectos materiais sobre o meio ambiente, e a perspectiva sobre o ambientalismo de teóricos sociais como Giddens e Beck, “figuras influentes [na] nova sociologia cultural em ascensão”, ressaltando, contudo, que ambas as correntes “(...) reconhecem que o movimento (ambiental) está se tornando um

interdependentes; (b) a estabilidade ecológica requer complexidade e variedade de espécies; e (c) um ambiente fechado não pode explorar seus recursos indefinidamente (Silva, 1978).

¹¹ Para se ter uma idéia geral sobre o desenvolvimento da sociologia ambiental e seus principais representantes na literatura internacional, ver Buttel (2000; 2001) e Ferreira (2001).

dos principais eixos da política e das instituições culturais das sociedades avançadas” (Buttel, 2001, p. 29-30).

Como resultado desse enfoque e interesse acadêmico, vinculado a uma crescente conscientização da sociedade sobre a “visão de mundo ocidental dominante”, que diz respeito ao progresso humano medido apenas em termos materiais, Buttel aponta para o fortalecimento de um “novo paradigma ecológico”, imbuído de uma ética que se contrapõe à visão de progresso material irrestrito e irresponsável. Esse novo paradigma, portanto, configura-se na articulação de valores pós-materiais, como a prudência e a sobriedade ecológica, a ênfase na qualidade de vida e a preocupação com riscos ambientais (Buttel, 2001).

Ainda nesse contexto, Buttel (2001) evidencia o fato de que o ambientalismo consiste, fundamentalmente, em um produto social. Certas questões, que até há algumas décadas atrás não seriam consideradas como pertinentes à temática socioambiental, como a mobilização de populações nativas contra a destruição de florestas tropicais, são atualmente contempladas dentro do tema.

Sobre o conceito de risco, ligado de maneira estreita às preocupações ambientais, ele ocupa, correntemente, uma posição central na teoria social contemporânea pela ênfase dada por Giddens e Beck a essa questão, para entender as transformações e os limites da modernidade. Como os autores enfatizam, as questões ecológicas não se reduzem a uma preocupação com o “ambiente”, como algo alheio à vida social, mas como uma esfera que é penetrada e reordenada pela ação humana. Dessa maneira, eles afirmam que

“(…) se houve um dia em que os seres humanos souberam o que era a 'natureza', agora não o sabem mais. Atualmente, o que é 'natural' está tão intrincadamente confundido com o que é 'social', que nada mais pode ser afirmado como tal, com certeza” (Beck; Giddens; Lash, 1997, p. 8).

Pode-se indagar, no entanto, qual a razão de se atribuir um papel tão central, na teoria social, ao conceito de risco, ao que Guivant (2000) replica, com base na argumentação de Giddens e Beck:

“(…) porque na sociedade da alta modernidade os riscos emergem como produto do próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, com características específicas: são globais, escapam à percepção e podem ser localizados na esfera das fórmulas físicas e químicas e, por tudo isto, é difícil fugir deles. São riscos cujas conseqüências, em geral de alta gravidade, são desconhecidas a longo prazo e não podem ser avaliadas com precisão” (Guivant, 2000, p. 287).

Outrossim, o conceito de sociedade de risco não se refere apenas ao fato de que se enfrentam novas formas de perigo,¹² mas sinaliza para uma sociedade “(...) na qual leigos e peritos em áreas específicas devem fazer escolhas diariamente em termos de riscos, num contexto em que a estimação dos mesmos é em grande parte imponderável” (Guivant, 2000, p. 287).

Uma das críticas que se faz à conceituação de sociedade de risco de Beck diz respeito ao que ele coloca como “relativa igualdade de risco”: frente a eventos ambientais adversos, não importa a classe ou outro elemento de diferenciação social, já que todos estariam igualmente expostos aos riscos de grande escala. Contesta-se esse ponto da análise de Beck, levando-se em conta que a desigualdade ambiental é comum até mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde se tem organizado um forte movimento pró-justiça ambiental em torno de questões como a contaminação e o uso como depósito de resíduos tóxicos de áreas habitadas por grupos étnicos minoritários e/ou vulneráveis (Buttel, 2000).

Para concluir, deve-se ressaltar que, embora Giddens e Beck tenham apontado para o potencial de destruição a todas as formas de vida no planeta, na sociedade de risco, eles preservam uma visão de certa forma otimista em relação à emergência dos valores pós-materiais de respeito à vida e de preservação das espécies. Isso fica claro nas propostas de Giddens de uma política radical — ou realismo utópico (Giddens, 1996) — ou na constatação de Beck de que nunca houve, como agora, melhores condições para a crítica ativa, em uma perspectiva de mundo de alta reflexividade (Guivant, 2000; Beck; Giddens; Lash, 1997). Por outro lado, se Giddens menciona a “política da vida”, Castells refere-se, sincronicamente, à “ciência da vida” contra a vida dominada pela ciência, isto é, a cultura verde (ambientalista) sendo o antídoto à cultura da virtualidade real, que caracteriza os processos dominantes e os “fluxos de poder sem rosto” nas sociedades em rede (Castells, 1999, p. 158).

Referências

BECK, U. Risk society and the provident state. In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. **Risk, environment and modernity**. London: Sage Publications, 1996.

¹² Giddens (1997) e Beck (1996) assinalam duas formas de risco: o risco dado, calculado, implícito nas sociedades ainda coordenadas pela tradição, e o risco imprevisível (como o problema do aquecimento global).

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, U. Autodissolução e auto-risco na sociedade industrial: o que isso significa? In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997a.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações técnicas. In: HERCULANO, S. C.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

BUTTEL, F. Instituições sociais e mudanças ambientais. **Idéias**, Campinas, UNICAMP/IFCH, v. 8, n. 2, p. 9-37, 2001.

BRÜSEKE, F. J. Risco social, risco ambiental, risco individual. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/NEPAM, v. 1, n. 1, p. 117-133, 2. sem., 1997.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ERLICH, Paul. **The population bomb**. Cutchogue, N. Y.: Buccaneer Books, Inc., 1968.

FERREIRA, L. C. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. **Idéias**, Campinas, UNICAMP/IFCH, v. 8, n. 2, p. 39-70, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Caderno CRH**, Salvador, UFB/CRH, n. 21, p. 9-28, jul./dez. 1994.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

GUIVANT, J. S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 46, p. 3-38, 2. sem. 1998.

_____. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. C.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERCULANO, S. C.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. Introdução: qualidade de vida e riscos ambientais como um campo interdisciplinar em construção. In: HERCULANO, S. C.; FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

SILVA, C. E. L. A ecologia enquanto fator político. In: SILVA, C. E. L. (Coord.). **Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Ed. Loyola, 1978.

VIEIRA, P. F. **A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990)**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 15, 1991. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1991. (Mimeo).

VIOLA, E. **O impacto da problemática ambiental na sociologia contemporânea**. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 3, 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: FINEP/CNPq/UnB, 1987.

VIOLA, E. LEIS, H. R. Governabilidade e mudança climática: desafios e impasses globais e brasileiros. In: **Idéias**, Campinas, UNICAMP/IFCH, v. 8, n. 2, p. 71-144, 2001.